

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jorge Alexandre da Silva¹

Guilherme Howes Neto²

Resumo

Este artigo tem por objetivo problematizar algumas das dimensões do surgimento do novo proletariado de serviços, que aparece na superfície das relações sociais como empreendedor. Observa-se que as consequências da precarização global das relações de trabalho, da crise estrutural do capital, da redefinição dos “lugares” sociais do trabalho e da apropriação da subjetividade humana pelo capital não repercutem apenas na vida laboral dos trabalhadores, mas na totalidade de sua vida social. A uberização resulta não apenas em processos de precarização do salário, mas também do modo de vida e das condições de existência de trabalhadores e trabalhadoras na subsunção real do trabalho ao capital.

Palavras-chave: Novo proletariado de serviços; Uberização; Precarização estrutural do trabalho.

Introdução

Na terceira modernidade do capital, também denominada como modernidade tardia, a expansão do setor de serviços aparece como terreno fértil para o empreendedorismo e a empregabilidade, ideologias que carregam em si, de forma reconfigurada, a teoria do capital humano.

¹ Graduado em Serviço Social pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), mestre e doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e professor adjunto da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: jorgealexandre@unipampa.edu.br

² Graduado e mestre em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura em Sociologia), doutor em Educação e especialista em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pesquisador da RedeMarx. Rede de Pesquisadores Marxistas e professor adjunto da Unipampa. E-mail: guilhermehowes@unipampa.edu.br

De forma imediata, trabalhadores e trabalhadoras sem carteira, que se encontram nas franjas do mundo do trabalho, surgem como “autoempreendedores”, “empreendedores individuais”, “empreendedores independentes”, “microempreendedores”, “empreendedores informais”; ou como trabalhadores “autônomos”, “por conta própria”, “pejotizados” etc. Deste modo, o salariado precário no qual homens e mulheres estão imersos aparece, pelos rótulos supracitados, como algo idílico; o melhor dos mundos que a flexibilização do mercado de trabalho possibilitou.

Essa massa de “empreendedores” é “uma mescla de *burguês-de-si-próprio* e *proletário-de-si-mesmo*” (ANTUNES, 2018, p. 34); uma condição que diz mais sobre as “mistificações do modo de produção capitalista” e “suas ilusões de liberdade” (MARX, 2017, p. 610) do que sobre a relação efetiva entre compradores e vendedores da força de trabalho no salariado precário.

Antunes (2018, p. 91) chama esses emergentes trabalhadores de serviços na era digital de “novo proletariado informal”. Longe de se parecer com as formas mais tradicionais do fabril ou industrial, esse novo proletariado da era informacional de hoje se configura como um “conjunto heterogêneo, ampliado, complexo e fragmentado” (2018, p. 91). Embora distintos, a relação de identidade que guarda com formas anteriores de proletariedade reside no fato de ainda ser composto por sujeitos sociais “que vivem da venda da força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção” (2018, p. 91). Assim, nessa relação de identidade e (des)identificação, reside o caráter dialético dessa condição proletária, que se transforma no tempo, mantendo seu conteúdo radicalmente o mesmo: o da despossessão dos meios de produção e a necessária venda da força de trabalho. A mistificação pseudolibertária do empreendedorismo liberal (MATTOS, 2019, p. 147) se dissolve diante do escrutínio de sua materialidade e historicidade.

Com base em Marx, Iamamoto (2001, p. 60) aponta que no universo do capital, fundado na apropriação do trabalho alheio, há, de fato,

o reino idealizado da igualdade, da liberdade, da reciprocidade e do primado do interesse privado, que funda o ideário liberal da sociedade burguesa e a ideologia do trabalho que lhe é característica. Esse reino imaginário funda-se na relação entre iguais e livres proprietários de mercadorias e de dinheiro, o que tem lugar na esfera da circulação. Mas ele obscurece o que sucede nos subterrâneos do processo imediato de produção, onde é possível desvelar

aquele “éden dos direitos humanos”, que tem lugar na superfície da vida social, regida pela troca de mercadorias equivalentes.

Exacerbadas essas mistificações sobre liberdade e igualdade, a condição de proletariado de homens e mulheres que constituem, sobretudo, o novo proletariado inserido em ocupações de prestação de serviços, aparece pelo seu avesso. Eleva-se ficticiamente tais homens e mulheres à condição de “empreendedores”, como se pudessem, por encanto, se tornar figurantes de capitalista, sem abandonar sua condição existencial histórico-particular. Observemos a questão mais de perto, agora, tomando em consideração a crise estrutural do capital.

1.O Capital: sua crise estrutural e sua ofensiva sobre o trabalho

No momento atual do capitalismo, a intensificação das contradições sociais do sistema do capital, de modo candente, expõe uma realidade em que seus limites intrínsecos se colocam agora como limites absolutos. Desde então, lembra Mészáros (2011), tornou-se uma necessidade do capital ampliar a margem de manobra de seu sistema sociometabólico, abrir novos caminhos para a continuidade de sua sobrevivência e seu poder, e encontrar válvulas de escape para enfrentar a ameaça de atingir seus próprios limites estruturais. Por sua vez,

aqueles que se identificam com o ponto de vista do capital não podem reconhecer a existência de limites estruturais objetivos ao sistema do capital em si (perceptíveis apenas do ponto de vista crítico de uma alternativa radical), preferindo supor que, com relação à viabilidade deste modo de produção, “só o céu é o limite” (2011, p. 656).

De modo a não “permanecer cegos às implicações negativas da questão”, como diria Mészáros (2011, p. 656), é possível afirmar, seguindo a posição do autor, que “ninguém hoje pretenderia negar que devemos nos preocupar com a complexa situação de apuro de uma ordem planetária” (2008, p. 18).

É certo que tentam desviar destas implicações aqueles que, com uma falsa segurança, defendem que estamos diante do fim da história, assim como aqueles que acreditam que os países periféricos irão alcançar os patamares de desenvolvimento dos países do capitalismo central; e que mesmo com o subdesenvolvimento, a relação de dependência que se estabelece entre a periferia e o centro capitalista pode gerar alguma vantagem para aquela sobre este. Trata-

se dos herdeiros do discurso político thatcheriano do velho *There's no alternative*, como justificativa neoliberal para que os governos possam privatizar e desregulamentar os aparatos sociais, e que sem titubear, defendem a subordinação dos Estados nacionais à hegemonia do capital financeiro, o qual assume papel fundamental como agente da estrutura de comando material do capital.

Como diz Chesnais (2013, p. 33), os “mercados”, quer dizer, os bancos e os investidores financeiros, ditam a conduta dos governos ocidentais, tendo como eixo a defesa dos interesses econômicos e políticos dos credores, quaisquer que sejam as consequências em termos de sofrimento social. E mais, “o capital, por sua própria natureza, é incapaz de atentar para os problemas ameaçadores de sua crise estrutural” (MÉSZÁROS, 2008, p. 18).

Ao contrário da eliminação das contradições históricas do capital, em seus ciclos de crise desde o século XIX, estes foram se aprofundando diante do esgotamento das válvulas de escape que o sistema antes pôde utilizar e do decrescente efeito atenuador dos seus aspectos estruturais mais explosivos (PANIAGO, 2014). As crises explodem no momento em que o capital está de novo “preso” por essas contradições, confrontado às barreiras que ele mesmo criou (CHESNAIS, 2013, p. 26).

A esse respeito são interessantes as palavras de Filgueiras (2010), que observa como fundamental o reconhecimento da existência de leis imanentes ao capital, que governam seu movimento, que sempre atuarão e serão válidas enquanto o regime de produção capitalista existir. Segundo o autor, a crise é um fenômeno objetivo do próprio movimento do capital, constituindo-se em momento necessário de seu processo de valorização. Portanto, diz ele, a crise se caracteriza como um fenômeno endógeno ao capitalismo que ao mesmo tempo explicita e sintetiza suas contradições, mas também se apresenta como solução momentânea destas – ao reconstituir as bases e condições necessárias para a retomada da acumulação.

Como lembra Netto (2012), o tipo de crise que o capitalismo experimentou integralmente não é uma mera recessão que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida, mas se trata sim de uma crise sistêmica que emerge envolvendo toda a estrutura da ordem do capital, tal como experimentamos neste momento enquanto especificidade do tardo-capitalismo. É

o que Mészáros discute em *A crise estrutural do capital* (2011). O autor distingue o que denomina “crise estrutural” de “crise conjuntural”. Esta última tem um caráter mais agudo e explosivo, e por esta razão se determina e se modifica de acordo com diferentes tempos, ocasiões e lugares; já a anterior é a que atinge as estruturas mais centrais da sociedade, e por esta razão é muito mais perene, tornando-se “a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (2011, p. 17).

A natureza desta “crise global” reside muito mais em seu caráter universal do que em setores isolados da produção (monetário, financeiro, industrial, comercial ou de serviços, por exemplo). Não atinge isoladamente, portanto, apenas um só ramo da produção, mas a todos de forma reciprocamente implicada; a “crise” mencionada pelo autor também tem alcance global, não atingindo insulanamente países, blocos de países ou regiões do globo, mudando seu centro uma vez ou outra, mas “assumindo mesmo uma dimensão mundial” (ANTUNES, 2011, p. 191). A questão do tempo também implica nesta estruturalidade da crise global, sendo extensa e contínua – não cíclica ou reincidente, mas permanente e perversamente ininterrupta. Por fim, para Mészáros, ela não se manifesta em colapsos, em “picos”, em cortes fenomenalmente evidenciáveis, mas se desdobra de forma agravada e gradual. Tudo isto se manifesta mais severamente, devido à natureza permanente da crise, justamente na precarização do trabalho. Conclui ainda o autor que todas as mudanças que não atacam essa “base estrutural” do capital tendem a se diluir no sociometabolismo do próprio sistema. Para elas concorrem também um conjunto de muitos outros fatores, que na reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo, de intensificação e exploração do trabalho produtivo, tornam as condições de trabalho muito mais brutais, muitas vezes semiescravas, recrudescendo as condições de baixa remuneração, flexibilização produtiva, precarização dos vínculos de emprego e expropriação do trabalho produtivo.

Muito próxima à compreensão de Mészáros está a do já anteriormente citado professor de Sociologia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ricardo Antunes (2011, p. 103-104), quando demonstra que há, de fato, precarização estrutural do trabalho em escala global, uma vez que

cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global [...], sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta.

A crise que aflora em fins de 1960 e início de 1970 tem, entre tantas outras consequências, o vastíssimo processo de reestruturação implementado pelo capital, visando a recuperação de seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, recompor seu projeto de dominação societal, além de afetar fortemente o mundo do trabalho (ANTUNES, 2002).

Daí em diante, o salariado fordista-keynesiano entra em impasses estruturais e surge o salariado precário ou tardio, decorrente da precarização intensa das condições de contratação salarial do proletariado; é a época histórica marcada pela perda relativa do referencial orgânico de classe, a perda de direitos e a busca de recomposição das margens de acumulação do valor (ALVES, 2007). Ganha espaço no capitalismo a flexibilização dos mercados (financeiros e trabalho) assegurada pelo Estado neoliberal enquanto estatalidade política própria da reprodução ampliada do sistema do capital sob as condições de sua crise estrutural.

Cabe considerar que é dentro da lógica de um capital (fictício) que passa a existir com base na promessa de apropriação de uma fração de valor que ainda nem foi produzida que o processo de liberalização (desregulamentação e abertura) dos mercados financeiros se constitui, assim como todo o processo de inovações financeiras que se desenvolve mundialmente a partir dos anos 1970 e se acelera desde então. Isto constitui assim uma forma do capitalismo criar/encontrar/aprofundar espaços de valorização para uma massa de capital que estava, naquele momento, superacumulada, isto é, que havia sido produzida em excesso, para além das condições de manutenção das taxas de lucro então observadas (CARCANHOLO, 2011).

Este processo global “se agravou a partir de 2008/2009 com a crise estrutural do sistema de metabolismo social do capital” (SANTOS, 2020). Entre outras coisas, é na forma como o capitalismo procurou sair da crise que estourou em 2008 que se pode observar determinações postas pelo sistema do capital ao salariado precário. De acordo com Carcanholo (2011, p. 81),

como se trata de uma superacumulação de uma massa de capital que se especializa apenas na apropriação de uma mais-valia que ele não produz, uma primeira exigência para a retomada da acumulação, sem a desvalorização necessária, é a expansão da massa de mais-valia produzida, de forma que esta consiga, de alguma forma, se adequar ao montante de títulos de apropriação superproduzidos no período. Isso implica aumentar sobremaneira a taxa de mais-valia, isto é, a taxa de exploração do trabalho, de todas as formas possíveis, tais como: i) arrocho salarial puro e simples; ii) maior destituição de direitos da classe trabalhadora como forma de reduzir o valor da força de trabalho; iii) prolongamento da jornada e/ou da intensidade do trabalho, sem a correspondente elevação salarial; iv) avanço na reestruturação produtiva, com implicações sobre a rotação do capital e jornada/intensidade do trabalho. Em resumo, volta-se a carga de maior aprofundamento das reformas neoliberais nos mercados de trabalho, com o discurso mistificador de que isso reduziria o custo de contratação da mão de obra e elevaria o emprego. Na verdade, trata-se de impor o “ajuste” da crise à classe trabalhadora.

Isso se agrava ao considerarmos, como denuncia Virgínia Fontes (2017), que as crises de superprodução são formas de renovar a produção da miséria por meio do desemprego, da destruição de bens de uso que não se converteram em mercadorias. Para a autora, o desemprego é crescentemente constitutivo dessa dinâmica social e vem sendo convertido em forma de exploração do trabalho sem a mediação contratual, sem direitos, sem limites de jornada de trabalho.

Até aqui, de forma breve, foram resgatadas algumas características da crise estrutural do capital e suas consequências. De antemão, essas características indicam, mesmo que de forma insuficiente, que a ofensiva e as imposições do capital ao trabalho são uma forma de converter o ônus da crise em perdas da classe trabalhadora, o que pode ser observado no agravamento de suas condições materiais de existência. O quadro em que o capital se defronta com a queda da taxa de lucro é, por outro lado, o perverso quadro social em que a corrida pela elevação das taxas de produtividade, as estratégias para reduzir o trabalho pago e a ampliar o trabalho excedente se reverterem, na generalização da precarização estrutural e do trabalho precário, assim como no crescimento do desemprego de longa duração, da rotatividade no emprego e da informalidade.

2. Proletarização, precariedade e transformações da classe trabalhadora

A partir da compreensão da crise do capital como uma crise estrutural descrita anteriormente, faremos agora um movimento no sentido de compreender seus desdobramentos e consequências, expressos de forma mais deletéria na

precarização do trabalho e nas novas formas do trabalho precário no contexto da acumulação flexível. Para tanto, a retomada dessas categorias terá aqui um sentido de contextualização a partir da densidade das categorias apresentadas no item anterior do texto.

Uma visada global³ sobre a percentagem da força de trabalho em relação ao total da população nos mostra que houve um aumento desta nas últimas duas décadas e meia. No entanto, o mais importante não é observar esse aspecto de modo geral e indistinto, mas sim tomando esses índices de forma geograficamente discriminada. Enquanto o hemisfério global mais economicamente desenvolvido registra disparidades menos significativas, as economias do chamado Sul Global (entre elas o Brasil) sinalizam para o abismo que separa essas duas regiões. Enquanto os postos de trabalho no mundo saltaram de 44,31% em 1990 para 46,04% em 2016 (último dado disponível), entre as 47 nações menos desenvolvidas, todas do Hemisfério Sul, esse índice subiu de 40,59% em 1990 para 42,27% em 2016. Se as disparidades regionais, geográficas e econômicas são visíveis, mais ainda o serão se olharmos para recortes de gênero, raça e classe social. Entre as mulheres, por exemplo, o percentual global reduziu, baixando de 39,54% em 1990 para 39,38% do total em 2016.

Outro dado estatístico fundamental para sustentar a análise que faremos adiante é o fato de o número de pessoas empregadas no mundo ter crescido de forma significativa. De forma global, os postos de trabalho aumentaram de 2,614 bilhões em 2000 para 3,253 bilhões em 2016. E aqui chegamos ao ponto mais importante para o argumento que propomos neste estudo: um escrutínio mais detalhado nesse crescimento nos informa que ele se distribui de forma desigual entre os diferentes setores da economia. Se em 2000 os índices eram, ainda segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 39,6% dos empregos na agricultura, 19,5% na indústria e 40,9% nos serviços; apenas uma década e meia depois, em 2016, apenas 29,1% ainda permanecia na agricultura, 21,5% na indústria, indicando um tímido crescimento, e o setor de serviços havia se robustecido crescendo substancialmente para 49,4%.

³ Dados obtidos no site da Organização Internacional do Trabalho: escritório no Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3o99vfa>. Acesso em: 26 jan. 2021.

Se em todos os setores da economia a fragilidade dos vínculos de emprego é uma constante, no setor de serviços ela se expressa de forma mais evidente. O modelo de emprego da força de trabalho em uma forma estável e de tempo integral é cada vez menos representativo do atual mundo do trabalho. O professor de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Marcelo Badaró Mattos (2019, p. 75), alerta que “a grande marca do mercado de trabalho mundial é a precariedade”. Para que se entenda como esse processo sócio-histórico global reverbera sobre a classe trabalhadora brasileira precarizando as relações de emprego e trabalho, é necessário compreender o cenário anterior e mais amplo.

Nas últimas décadas têm ocorrido sensíveis transformações naquilo que Mascaro (2018, p. x) denomina de “formas determinantes da sociabilidade burguesa”. Elas podem ser observadas se olharmos para as maneiras como a classe trabalhadora tem se transformado desde meados do século XX. “Em 1950, apenas 30% da população mundial habitava as cidades. Em 2014, 54% do total de habitantes do mundo vivia nos centros urbanos” (MATTOS, 2019, p. 73). Este dado demonstra que em pouco mais de meio século invertemos a forma como produzimos, reproduzimos, distribuimos e consumimos os bens materiais. Saímos de uma forma de vida rural para uma majoritariamente urbana. A mudança na forma, a transformação da produção e da reprodução da vida social, veio acompanhada de uma mudança também em seu conteúdo. Houve assim, e em consequência disso, uma “intensificação absurda do processo de proletarianização nos últimos anos” (2019, p. 73). Igualmente, ela não se deu com a mesma intensidade nos dois hemisférios. Como já mencionado, no Sul Global, “dependente” (MARINI, 2005) e com menor produção interna de riquezas, a industrialização se deu mais tardiamente, e foi mais intensa e agressiva com a classe trabalhadora. Essa alteração e essa heterogeneidade são a real materialidade das mudanças na força de trabalho no mundo e nas consequentes formas como o capital estabelecerá modos distintos de sociabilidades.

No Brasil essa inversão entre o rural e o urbano aconteceu nos anos 1960 e, segundo dos dados do Censo de 2010, 84% dos brasileiros habitam as cidades. Desde lá este número só tem feito crescer. O modo de vida urbano carece de uma série de atividades produtivas que anteriormente não eram tão necessárias. A emergente, nova e complexa sociabilidade burguesa surge então assentada no

trítico “indústria, comércio e serviços”, necessitando de cada vez mais força de trabalho para atender à sua reprodução. Em 2015, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) mostram “que 13,9% da população ocupada estava ligada às atividades agrícolas, com 21% nas atividades industriais e 64% nos serviços” (MATTOS, 2019, p. 84-85). Esse “novo proletariado de serviços” é uma evidência da instabilidade e da precariedade às quais está sujeita a classe trabalhadora contemporânea. Ricardo Antunes (2018, p. 25) alerta que, nesse segmento,

aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão das suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando”.

A marca principal dessas “novas modalidades de trabalho” é a informalidade e a fragilidade das relações de trabalho, que respondem pela necessidade do capital em extrair cada vez mais valor da força de trabalho que contrata. Ruy Braga (2012) define esse contingente de força de trabalho como “precariado”, caracterizado por um conjunto de trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que ingressam e são expelidos rapidamente do mercado de trabalho, como também por jovens em busca de uma primeira oportunidade de emprego e, finalmente, por trabalhadoras e trabalhadores oriundos da informalidade ou mesmo sub-remunerados.

O diagnóstico de Ruy Braga está visceralmente alinhado ao que afirmou Karl Marx em *O Capital*, ao demonstrar que a “acumulação do capital é [a] multiplicação do proletariado” (2017, p. 690). Nesses termos, ela não é ocasional ou circunstancial, mas está sim no coração da “lei geral da acumulação”, lucidamente demonstrada no Capítulo 23 do texto marxiano, e pode ser verificada “globalmente pelo crescimento da força de trabalho disponível para a exploração capitalista, acelerada nas últimas décadas” (MATTOS, 2019, p. 89) pelo processo de urbanização e precarização da força de trabalho – em especial, como buscamos demonstrar aqui, do setor de serviços.

3.Uberização: a precarização do trabalho como regra

É possível afirmar que estamos diante de uma das maiores ondas de precarização do trabalho e fragilização da classe trabalhadora da contemporaneidade. A informalidade e o efêmero vínculo que liga as entregadoras e entregadores às plataformas organizativas de entregas de produtos e mercadorias é prova material disso. Se remotamente, no decorrer do século XX, assistimos à degradação do trabalho regado pela gramática do keynesianismo fordista, a transição para este século XXI nos coloca defronte às inéditas formas de trabalho precarizado e suas inauditas consequências para a subjetividade e sociabilidade da classe trabalhadora. É nesse cenário, no contexto desse novo *modus operandi* do capital produtivo, movido por esse novo proletariado de serviços dos entregadores e entregadoras de aplicativo, “que a informalidade deixa de ser a exceção para tendencialmente se tornar a regra” (ANTUNES, 2018, p. 172). Esse novo “capitalismo flexível”, cuja flexibilidade atinge diretamente “o cérebro, os nervos e os músculos dos trabalhadores”, em nada aumenta a maleabilidade da produção capitalista; esta, pelo contrário, se mantém intacta em sua rigidez, conservando – se não ampliando – a extração do mais-valor da força de trabalho.

Ser trabalhador, neste contexto, é submeter-se ao imperativo do capital, pois qualquer trabalhador necessita vender sua capacidade laboral e criativa para consumir e existir. Ser trabalhador, na deletéria gramática do capital, é possuir uma pseudoliberalidade de escolha; ou, pelo menos, ter a ilusão de não se submeter a ele. Contudo, o mais dramático nessa relação é que este movimento de pseudoliberalidade permite entrever a riqueza de uma liberdade plena, estando em verdade escravizado sob o fardo da necessidade; necessidade de se inscrever no mundo pelo trabalho precarizado e pelo consumo. O trabalho, nestas condições, não é portanto um fim para a reprodução humana e social, mas um meio para a reprodução das relações humanas e sociais dentro da nova gramática da reestruturação produtiva do capital.

Estas situações de severidade das condições de trabalho e agudeza das formas de precarização como regra no capitalismo contemporâneo não são, entretanto, vivenciadas pela classe trabalhadora sem que se formem insurgências. No dia 3 de julho de 2020 ocorreu, em boa parte das médias e grandes cidades do

Brasil, a então denominada “greve dos aplicativos”, que consistiu de uma significativa paralisação de entregadoras e entregadores vinculados a esses conglomerados.

Se tomado de forma conjuntural, essas insurgências ocorrem em um contexto peculiar e recente da economia brasileira. Convém lembrar que, em anos recentes, o país vivenciou um crescimento econômico acentuado, mais pontualmente partir do ano de 2004, sobretudo se comparado aos períodos anteriores, momento em que houve um favorecimento e a incorporação de trabalhadores e trabalhadoras ao espaço produtivo. Isso criou, por conseguinte, um cenário de intensas reivindicações, que somente podem ser compreendidas se consideradas dentro de um cenário ainda maior, mais estrutural. Estas insurgências não são demandas ocasionais ou circunstanciais, mas sim a demonstração de que os limites do capital, sobretudo em períodos mais recentes, são realmente “estruturais”.

O crescimento dos assalariados dos serviços ocorre de forma articulada com o crescimento do desemprego estrutural e a proliferação do trabalho assalariado “precário” denominado por Alves (1999), como subproletariado tardio; ou “proletariado-mascate”, o qual se refere a “um imenso contingente de trabalhadores assalariados vendedores de mercadorias e prestadores de serviços como mercadorias dos mais diversos tipos” (2007, p. 138-139). De acordo com o autor, a subproletarização tardia é a nova precariedade do trabalho assalariado sob a mundialização do capital. E acrescenta: ela é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria ou nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital. Tende “a predominar a ‘informalização’ nas relações de trabalho (um eufemismo para a nova precariedade do trabalho assalariado)” (1999, p. 152). Diante disso, o aumento da informalização, “com o crescimento dos trabalhadores sem carteira, significa maior concorrência entre a força de trabalho na borda periférica do mundo do trabalho, principalmente das atividades de ‘autônomos’” (2007, p. 277).

Por um lado, num contexto de hegemonia do capital financeiro, os Estados nacionais são capturados pela lógica da privatização e do desmonte das políticas públicas; por outro, a flexibilização crescente dos contratos de trabalho e as

estratégias das empresas para se eximirem das responsabilidades quanto à legislação social protetora do trabalho se tornam válvulas de escape para aumentar as taxas de exploração. Por sua vez, à desigualdade social profunda que caracteriza a condição de proletariedade soma-se a precarização estrutural do trabalho que se expressa, seja salarial, seja existencial (o modo de vida just-in-time penetra nos poros da reprodução social e degrada as condições de existência dos trabalhadores e das trabalhadoras, inclusive com o controle das empresas sobre seus ócios). No Brasil a precarização estrutural do trabalho pode ser observada no surgimento de

um novo trabalhador coletivo nas grandes empresas da indústria e dos serviços, caracterizando a nova precariedade salarial com implicações no metabolismo social do trabalho e portanto na vida cotidiana de homens e mulheres que trabalham. Sob a ótica do mercado do trabalho, a nova precariedade salarial se apresenta com a proliferação de trajetórias laborais intermitentes no núcleo moderno do salariedade no Brasil. Por conta da flexibilização das relações de trabalho, amplia-se a presença do “trabalhador precário” nos coletivos laborais no Brasil, uma experiência de precariedade que não diz respeito tão-somente ao vínculo empregatício (trabalho-emprego), mas também às relações de sociabilidade (trabalho-vida), como observamos no tocante às alterações da forma de remuneração e jornada de trabalho. E pior: uma relação trabalho-emprego caracterizada apenas pela quantidade (e não pela qualidade) dos empregos formais criados no mercado de trabalho (ALVES, 2011, p. 10).

Esta precarização, esta fragilização do trabalho frente ao mundo dominado pelo capital é açodadamente tomada como uma diminuição da centralidade do trabalho. Para Antunes, no entanto, o trabalho não perdeu sua centralidade e importância. Pelo contrário, sua desregulamentação por meio dos contratos terceirizados ou parciais, os ditos “uberizados” pelo setor de aplicativos, e sua fragmentação por meio da pulverização da produção expressam justamente uma lógica societal capitalista que não prescinde da força de trabalho humana, mas apenas a coloca em um outro “lugar”, igualmente “indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 109).

Na análise de Abílio (2020), a uberização do trabalho se refere a uma tendência global de transformação do trabalhador em autônomo – um trabalhador just-in-time – que tem de estar disponível para ser imediatamente utilizado e remunerado unicamente pelo que produz; reduzido a um autogerente de si mesmo, responsável por sua própria sobrevivência e permanência em um trabalho desprovido de qualquer direito ou proteção associados a ele, assim como de qualquer garantia sobre sua própria remuneração e limites sobre seu tempo de

trabalho. Segundo a autora, numa perspectiva inversa dessa suposta autonomia, a ausência de qualquer garantia ou obrigação por parte das empresas tem obrigado o trabalhador a exercer jornadas extensas, a abolir dias de descanso, além de ter de aderir a mais de uma empresa-aplicativo para garantir sua remuneração. Para ela, nessas décadas de gigantes enxutas que se desvencilham de responsabilidades ao mesmo tempo que controlam todas as etapas de suas cadeias; das novas formas de gestão e gerenciamento do trabalho que têm em seu cerne o autogerenciamento subordinado e a participação do trabalhador na administração eficaz de sua própria produtividade, instauraram-se formas de controle do trabalho que deixaram evidente que é possível terceirizar – até para o próprio trabalhador – parte do gerenciamento do trabalho, transferir riscos e custos, eliminar meios rígidos e publicamente instituídos na regulação do trabalho, sem que isso signifique perda de produtividade ou de controle sobre o trabalhador. Por fim, ela lembra, que de um contingente predefinido passamos a lidar com a figura da multidão de trabalhadores disponíveis e o deslizamento da identidade profissional do trabalho para a de trabalho amador, componente poderoso desse novo tipo de informalização do trabalho.

Apesar da aparência do autogerenciamento subordinado, o fato de que o trabalho não desapareceu, mas que apenas mudou de “lugar” na sociedade do capital, pode ser percebido pela incorporação do “trabalho vivo”, produzido diretamente pelas mãos vivas do trabalhador, no “trabalho morto” subsumido nos softwares, nos chamados apps que viabilizam o serviço de entrega desses aplicativos. Na prestação de serviços disseminada no capitalismo de plataforma, o empreendedor na pele do assalariado superexplorado é a aparência da precarização e da negação da relação de trabalho.

Considerações finais

O trabalho, frente à crise global do capital, se encontra portanto em franca transformação. A “forma trabalho” na atual configuração geopolítica requer ponderações muito mais específicas do que até duas ou três décadas atrás. Caracteriza-se distintamente, tantas quantas diferentes forem as relações também diferentes que ele suscitar. Questões de corpo, gênero e sexualidade, de raça e

etnia, de corte geracional ou etário, questões de qualificação ou desqualificação de materialidade e imaterialidade, enfim, são todos exemplos da transversalidade que a “forma trabalho” suscita ao ser pensada. Como certeza pode-se apenas sinalizar “que a crise afetou tanto a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua subjetividade, o universo dos seus valores, do seu ideário, que pautam suas ações práticas e concretas” (ANTUNES, 2011, p. 183).

Ao tocar as subjetividades do ser social do trabalhador, toca no âmago do ser humano, que é, nas palavras de Marx, sua relação com seu trabalho, com sua natureza social e seu ser genérico. Em outras palavras, as consequências da precarização global das relações de trabalho, da crise estrutural do capital, da redefinição dos “lugares” sociais do trabalho, da apropriação da subjetividade humana pelo capital não repercutem apenas na vida laboral dos trabalhadores, mas sobre a totalidade de sua vida social. A uberização resulta não apenas em processos de precarização salarial, mas também do modo de vida e das condições de existência de trabalhadores e trabalhadoras na subsunção real do trabalho ao capital.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador “just-in-time”? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.
- ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.
- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina; Bauru: Práxis; Canal 6, 2007.
- ALVES, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem-que-trabalha. **Revista da RET**: Rede de Estudos do Trabalho, Marília, v. 5, n. 8, p. 1-31, 2011.
- ANTUNES, R. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas de estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 23-45, 2002.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado da era de serviços. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAGA, R. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade**: Revista de Cultura Política, Uberlândia, v. 1, n. 3, p. 73-84, 2011. Suplemento 1.

CHESNAIS, F. As raízes da crise econômica mundial. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 21-37, 2013.

FILGUEIRAS, L. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 30, p. 21-27, 2010.

FONTES, V. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, 2017.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: STÉDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017. v. 1.

MASCARO, A. L. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 17-33, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, 2012.

PANIAGO, C. A crise estrutural do capital e a centralidade das classes sociais. **Katálisis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 41-49, 2014.

SANTOS, J. V. 1º de maio em tempos de pandemia: a mutação do capitalismo e a degradação do trabalho: entrevistas especiais com Ricardo Antunes, Clemente Lúcio e José Dari Krein. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 1º maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3sQiHsq>. Acesso em: 26 jan. 2021.